

## A produção científica em Relações Públicas e Política: uma análise bibliométrica

### Scientific production on Public Relations and Politics: a bibliometric analysis

Pedro-Chapaval Pimentel<sup>1</sup>

[professorchapaval@gmail.com](mailto:professorchapaval@gmail.com)

Universidade Federal do Paraná, Brasil

Davi Pereira Lago<sup>2</sup>

[davi.pereira.lago@gmail.com](mailto:davi.pereira.lago@gmail.com)

Fundasp/PUC-SP, Brasil

Vitor Matheus-Beira Machado<sup>3</sup>

[vitorbmachadom@gmail.com](mailto:vitorbmachadom@gmail.com)

Universidade Federal do Paraná, Brasil

Recepción: 04/10/2019 Revisión: 02/11/2019 Aceptación: 14/12/2019 Publicación: 20/12/2019

<http://dx.doi.org/10.5783/RIRP-18-2019-04-53-74>

#### Resumo

Este artigo tem como objetivo examinar a produção acadêmica dos estudos que trabalham a política e as relações públicas em conjunto. Foi realizada uma análise bibliométrica de abordagem quantitativa em 2.291 artigos e revisões publicadas entre os anos de 1937 e 2019 em periódicos indexados na base de dados Scopus. Ainda que técnicas e práticas de relações públicas existam há milênios, o campo teórico ainda exige debates necessários a fim diagnosticar os seus fundamentos e apontar caminhos para produzir material inovador que gere contribuições ao desenvolvimento da sociedade. O método aplicado envolveu a análise de citações, co-autoria e co-ocorrência de palavras. Os resultados indicam que o número de publicações segue uma tendência crescente e demonstram amadurecimento no estudo dos temas em questão. Trabalhos que lidam com relações públicas e política tratam de questões multidisciplinares e não se limitam à área da Comunicação.

**Palavras-chave:** Relações Públicas, Política, Bibliometria, Scopus

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Paraná.

<sup>2</sup> Professor e Co-coordenador do grupo "Hiper-religiosidade: A prisão da fé na era das liberdades" no Laboratório de Política, Comportamento e Mídia da Fundasp/PUC-SP.

<sup>3</sup> Bacharel em Relações Públicas pela Universidade Federal do Paraná.

**Abstract**

Life in society is a natural imperative as human beings are not supposed nor allowed to live in isolation from their pairs. Relations of power emerge once societies are constituted by constellations of interests. Public Relations arises, thus, in the necessity of conciliating and promoting different interests among publics. Specifically, by dealing with politics, the public relations provide the logics and tools needed for a complex and uncertain environment. It also helps to turn the public opinion favourable to the accomplishment of different agents' goals.

Although public relations techniques and practices have existed for millennia, the theoretical field still needs debates to diagnose and comprehend its foundations. Scholars also urge for more researches in order to suggest directions to produce innovative knowledge that effectively contributes to the development of society. The authors believe that public relations is the field of knowledge that when better understood and operationalized can promote it for its ability to deal with distinct interests among publics.

In this sense, not only the (in)congruencies between public relations and politics have impacted agents doing politics, but also required a better comprehension and understanding about the state of the knowledge. Given this, the paper aims to answer the following research question: how scientific production that deals with public relations and politics in conjunction is characterised?

Methodologically, the article takes the premise that the publication of academic papers is the most used and valued instrument by researchers who want to publicize the results of their investigations. It is also understood that it is the way for a specific field to lay its foundations and become both recognised and established among a community of scholars. To assess the academic production that deals both with politics and public relations, a quantitative approach was carried out in 2,291 articles and reviews published between 1937 and 2019 in journals indexed in the Scopus database, extending the analysis made by previous scientific reviews. The bibliometrics analysis encompassed the evaluation of citations, co-authorship and co-occurrence of words.

Four stages of research were identified in the paper (1937-1982; 1983-1996; 1997-2004; 2005-up-to-date) and the results indicate that the number of publications follows a growing trend presenting maturity in the study of both themes conjoint. Broadly, researches deal with multidisciplinary issues and are not limited to the field of Communication, encompassing streams of research in the following areas: Humans Sciences, Arts and Humanities, Health, Natural and Medical Sciences.

The most referenced papers deal with confidence and risk in democracies, network analysis, public opinion and media, and relationship management. It was also found a humanistic approach to organisations' management and a more pragmatist approach regarding the profession. The results also bring differences in comparison to previous researches that had established two schools of thought; the American pragmatist and the French critical schools. This article points to two schools of thinking regarding public relations and politics, which may be established in the United States and the United Kingdom. However, the paper does not claim that the effort presented is closed to new insights but asks for qualitative researches to have a deeper understanding of the quantitative analysis employed here.

**Keywords:** Public Relations, Politics, Bibliometry, Scopus

## Sumario

1. Introdução
2. Marco teórico
3. Metodologia
4. Resultados
5. Considerações finais
6. Referencias

## Summary

1. Introduction
2. Theoretical framework
3. Methodology
4. Results
5. Final Remarks
6. References

### 1. INTRODUÇÃO

Sociedades são formadas por constelações de interesses (Weber, 1995), e na necessidade de conciliar ou promover interesses, muitas vezes divergentes, entre distintos públicos situam-se as relações públicas (RP) (Kunsch, 2018). Nas intersecções com o fazer política, as relações públicas fornecem o instrumental e a lógica necessária para, em um ambiente complexo, auxiliar a tornar a agenda pública favorável (Cutlip, 1980; McNair, 2003).

As (in)congruências das relações entre RP e a política não geraram impacto apenas no fazer política, mas demandas por uma melhor compreensão da questão (Simões, 1992). Embora as técnicas e práticas de RP existam há milênios (Grunig, 2003), o campo teórico é relativamente recente e suscita debates ainda necessários (Botan & Taylor, 2004; Kunsch, 2015). Compreender o campo científico como o espaço no qual busca e promove-se reconhecimento do saber produzido (Bourdieu, 2017), urge a necessidade de que as RP assumam uma posição estratégica (Kunsch, 2003).

Dada a importância de compreender o que é produzido no campo científico para possibilitar o avanço na produção de conhecimento inovador que contribua efetivamente para o desenvolvimento da sociedade (Kunsch, 2015), busca-se responder a seguinte pergunta de pesquisa: *como se caracteriza a produção científica dos estudos que tratam de RP e política?* Metodologicamente, toma-se como premissa que a publicação em periódicos é a forma mais

utilizada e, quiçá, valorizada pelos pesquisadores para difundir resultados de suas investigações (Ribeiro, 2017). Assim, para responder ao problema definido neste trabalho, esta pesquisa aplica técnicas bibliométricas em artigos da plataforma Scopus, uma das principais bases de dados científicos mundiais (Mongeon & Paul-Hus, 2016).

O mapeamento neste artigo não visa apresentar as intersecções existentes entre as áreas de RP e da Política como algo completo e acabado. Do contrário, é uma resposta à demanda trazida pela professora Margarida Kunsch (2015) sobre a necessidade de estudos bibliométricos e diferentes análises do conhecimento gerado e acumulado. Estruturalmente, este artigo está dividido em seis seções. Após esta introdução, apresenta-se o marco teórico sobre Política e as RP. A seção seguinte explica os procedimentos metodológicos e é seguida pela apresentação e discussão dos resultados encontrados. Por fim, na sexta seção são tecidas as considerações e elucidados diagnósticos, limitações e perspectivas para futuras pesquisas.

## 2. MARCO TEÓRICO

### 2.1. Política

A reflexão teórica acerca da política ocorre a partir do fenômeno do poder que emerge nas sociedades humanas. A sociedade *“é um imperativo natural, não se poderá falar do homem concebendo-o como um ser isolado, devendo-se concebê-lo sempre, necessariamente, como o homem social”* (Dallari, 2016: 30). A vida em sociedade exige uma organização comum, daí o fenômeno social do poder ser entendido nos seguintes termos:

O grupo social pode ser definido [...] como a reunião de indivíduos sob determinadas regras. Para existirem estas regras, alguma força há de produzi-las; para permanecerem, alguma força deve aplicá-las, com aceitação dos membros do grupo. A essa força, que faz as regras e exige o seu respeito, chama-se poder (Sunfeld, 2017: 20).

A atividade política se dá nos múltiplos processos da sociedade em suas relações de poder. A característica do *poder político* (poder do Estado) é a possibilidade do uso da força física contra aqueles que não se comportarem de acordo com as regras vigentes. Destaca-se,

portanto, na política a questão da liberdade, pois a vida em sociedade regulada pelo poder possibilita tanto benefícios como impeditivos.

No período moderno, especialmente a partir de Maquiavel, a reflexão política emancipa-se de preocupações metafísicas, morais, éticas e religiosas. O pensamento político moderno trata de refletir se a autoridade secular possuía legitimidade autônoma ou era apenas derivada do poder conferido por Deus à Igreja. Além disso, a política moderna rompe a preocupação da teoria política clássica em conceber o governo como um instrumento moral destinado ao aprimoramento dos cidadãos a ele submetidos. Contra essas concepções, a política moderna se apresenta com uma visão crua de *política de poder*. Neste sentido, no contemporâneo

Como costuma acontecer com categorias tão básicas, é difícil produzir um conceito conciso, inequívoco e satisfatório de política. Ela envolve a obtenção e a distribuição de poder e de autoridade, a produção e a imposição das normas que regem a vida em sociedade e também as decisões vinculadas ao futuro comum de seus integrantes (Miguel, 2007: 7).

O fazer política envolve tornar a agenda pública favorável ao cumprimento de objetivos de determinadas instituições, organizações, grupos ou agentes políticos (McNair, 2003). Ao vislumbrar a política como lutas para conquistar, manter, distribuir e até impor o poder, as RP podem ser vistas como fornecedoras de ferramentas e técnicas para tais fins (Cutlip, 1980), e como uma das áreas de pesquisa em RP que trata da reflexão teórica em questão (Botan & Taylor, 2004).

## **2.2. Relações Públicas**

Ainda que seja possível encontrar práticas das RP em período contemporâneo à Antiguidade Clássica, delimita-se como marco temporal e geográfico para sua origem moderna os Estados Unidos no início do século XX (Grunig, 2003; Schönhagen & Meißner, 2016; Soares, 2011). A existência de circunstâncias socioeconômicas e políticas facilitaram o desenvolvimento das RP como prática e profissão e, conseqüentemente, a sua posterior exportação para o restante do mundo (Schönhagen & Meißner, 2016; Soares, 2011).

Como resultado da confluência das práticas de notoriedade, de uma imprensa desenvolvida, do rápido processo de industrialização, e de uma tradição política (Soares, 2011), profissionais como Ivy Lee e Edward Bernays perceberam que a essência do trabalho de RP se dava nas interações com diferentes públicos (França, 2008; Hutton, 2005; Mateus, 2014). Afinal, organizações estão ligadas por padrões de cooperação e afiliação (Richardson, 1994).

Como resultado de sua natureza polissêmica (Simões, 1992), o termo permanece suscitando indefinições (Botan & Taylor, 2004; Hon, 1998; Schönhagen & Meißner, 2016). Apesar disso, os componentes mais utilizados para entendê-la são “management”, “organization”, e “publics” (Hutton, 2005). Com o intuito de facilitar a análise dessas definições, Hutton (2005) propõe três dimensões para explicar a orientação das RP. A dimensão interesse avalia o grau em que a função de relações públicas enfatiza os interesses do cliente ou os interesses públicos. A dimensão iniciativa tange à medida pela qual uma organização é reativa ou proativa, antecipando-se ou apenas respondendo questões emergenciais. E a dimensão imagem estaria pautada na medida pela qual uma organização trabalha percepção e realidade, imagem e substância (Hutton, 2005).

Contudo, não espera-se encontrar como tipos ideais dessas três dimensões, afinal, seria inviável uma organização proativa não responder contingências de forma emergencial, por exemplo. Uma organização ou indivíduo não será julgado apenas por sua comunicação, mas pela soma de ações, ideias, políticas e produtos consistentes, coordenados, sintonizados, úteis e noticiáveis (Medveschi & Frunzã, 2018). É possível entender, assim, que as RP têm como objeto de estudo e trabalho a gestão estratégica de relacionamentos por meios de fluxos e processos comunicacionais entre organizações e seus públicos (Grunig & Hunt, 1984; Kunsch, 2003, 2018).

Fato é que “um relacionamento satisfatório com os públicos [...] faz com que a organização seja lucrativa” (Grunig, 2003, pp. 74–75) e embora, o autor enfatize o aspecto econômico, estudos sobre e práticas das RP podem e devem ser aplicadas em um contexto mais amplo da sociedade, em seu caráter público (Kunsch, 2018).

É este processo dialógico que permite às organizações identificar seus públicos, reconhecer necessidades e tomar decisões que levariam ao sucesso organizacional, impactaria na sua

imagem e gerariam resultados financeiros positivos (Fairbanks, Plowman, & Rawlins, 2007). Há, desse modo, responsabilidade no posicionamento institucional, pois uma organização deve assumir sua missão e prestar contas das suas ações à sociedade (Kunsch, 2003).

Conforme Grunig (2003), o relações-públicas passa a entender a necessidade de servir não apenas aos interesses daquele que o contratou, mas também dos seus públicos. Na esfera política, é possível afirmar que democracias saudáveis têm como premissa básica a existência de públicos bem informados, sendo possível encontrar em princípios, ferramentas, teorias e práticas das RP diretrizes para comunicar de forma produtiva o que é de interesse público (Fairbanks et al., 2007).

De forma abrangente as RP possuem papel significativo nas interações com a política, podendo ser aplicadas, exploradas e avaliadas também no que diz respeito à comunicação política (Botan & Taylor, 2004). Verifica-se sua presença em campanhas políticas e no na educação política de eleitores (E. W. Austin & Pinkleton, 2008; Cutlip, 1980); em campanhas eleitorais (Sommerfeldt, Yang, & Taylor, 2019); na promoção da transparência de contas públicas (Fairbanks et al., 2007); no estabelecimento de relações pessoais entre agentes políticos, opinião pública e eleitores (Bardhan & Sri Ramesh, 2006); e com sua institucionalização intrínseca a regimes e processos políticos específicos (Neto, 2016; Soares, 2011).

### **3. METODOLOGIA**

Para avaliar a produção científica sobre RP e Política de forma conjunta, aplicou-se a bibliometria como técnica de análise. A bibliometria permite avaliar e monitorar o desenvolvimento de distintas áreas de estudo, a sua produção, disseminação e socialização do conhecimento produzido (Gutiérrez-Salcedo, Martínez, Moral-Munoz, Herrera-Viedma, & Cobo, 2018; Pritchard, 1969; Zupic & Čater, 2015). Para isso, a técnica emprega análises quantitativas para identificar aspectos relevantes a respeito das fundações da área em questão, as redes sociais intelectuais e os tópicos relevantes para futuras pesquisas (Ribeiro, 2017; Zupic & Čater, 2015).

Definiu-se a seguinte pergunta para esta pesquisa: como se caracteriza a produção científica dos estudos que tratam de relações públicas e política? Para responder a essa questão,

foram selecionados três métodos para a análise bibliométrica (quadro 1). A escolha se deu para estimar a influência de determinados estudos, autores e periódicos na área em questão, para avaliar as redes sociais de pesquisadores, e para mapear relacionamentos entre palavras e conceitos.

**Quadro 1. Resumo dos métodos bibliométricos e unidades de análise**

<b>Método</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade de Análise</b>
Citações	Estima a influência de documentos, autores ou periódicos por meio de taxas de citação	Documento, Autor, Periódico
Co-autor	Examina e conecta autores para estabelecer as redes de colaboração em artigos científicos	Autor
Co-ocorrência de palavras	Utiliza palavras para estabelecer relacionamentos quando aparecem no mesmo documento	Palavra e conceito

Fonte: Adaptado de Zupic e Čater (2015).

Foram definidas as duas palavras-chave para busca ("public relations" AND "politic") que possibilitassem encontrar trabalhos relacionados às RP e à política. A base de dados para investigação foi a Scopus, uma das principais plataformas indexadoras de citações científicas com maior abrangência nas áreas de Ciências Sociais, e Artes e Humanidades (Mongeon & Paul-Hus, 2016; Vieira & Gomes, 2009). A fim de compreender o campo como um todo, não foram aplicados filtros quanto ao ano de publicação, área de publicação, país ou língua (quadro 2).

**Quadro 2. Critérios de busca e resultados na base Scopus**

<b>Base de dados</b>	<b>Scopus</b>
Linha de busca	TITLE-ABS-KEY ("public relations" AND "politic*")
Filtros	Article OR Review
Artigos	2.065
Revisões	226
Total Analisado	2.291

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

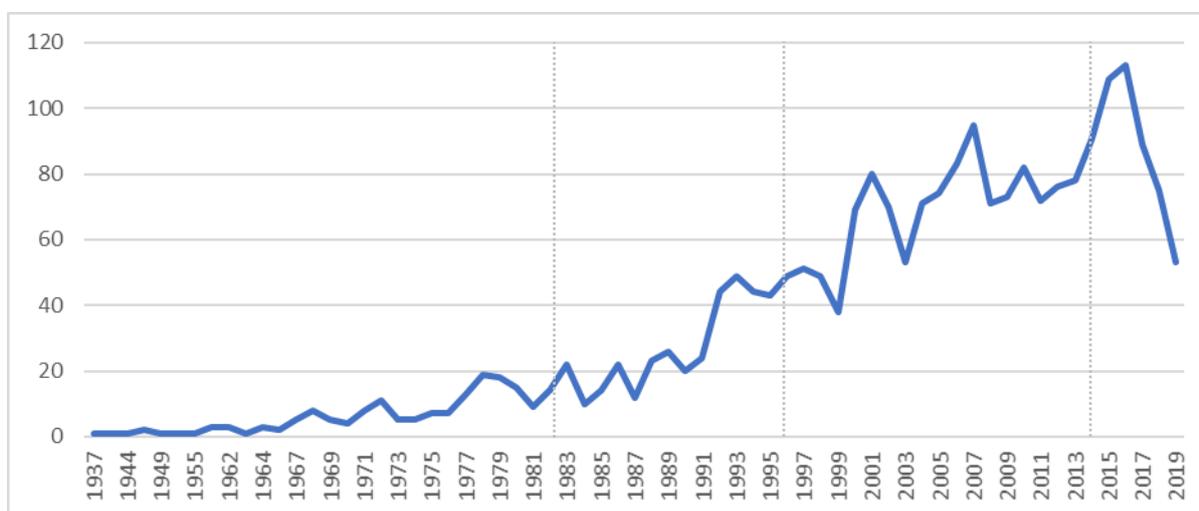
A partir da linha de busca foram gerados 2.815 registros (data base: 24 set. 2019). Foram aplicados filtros para selecionar a obrigatoriedade de a publicação estar classificada como artigo (Article) ou revisão (Review), excluindo trabalhos que não exigissem, obrigatoriamente, passar por *peer-review* para sua publicação o que reflete em maior rigor nas publicações. Assim, foram ignorados trabalhos em desenvolvimento (*Conference Paper* e *Working Paper*), editoriais, notas, livros e capítulos de livros etc.

Foram coletadas as seguintes informações dos 2.291 trabalhos avaliados: título, autor(es), centro de pesquisa/instituição, país sede da instituição, ano de publicação, palavras-chave, título do periódico, e referências. Definiu-se o uso do software bibliométrico VOSviewer versão 1.6.11 (van Eck & Waltman, 2010) e do pacote Bibliometrix (versão 2.2.1.) – ferramenta do software livre R (Aria & Cuccurullo, 2017; Breuer, 2017) – para as análises. Tais ferramentas possibilitaram o tratamento dos dados para a análise e construção de mapas bibliométricos, que permitiram visualizações gráficas da produção científica em questão, conforme apresentado na seção seguinte.

#### 4. RESULTADOS

A produção científica sobre RP e política apresenta taxa de crescimento anual de 6,4% e corresponde a um campo de pesquisa recente, que começa a tomar forma nas últimas três décadas (Botan & Taylor, 2004). Conforme apresentado na figura 1, há uma evolução quantitativa que pode ser classificada em quatro estágios.

**Figura 1. Evolução da produção científica anual entre 1937 e 2019**



Fonte: Adaptado pelos autores do pacote Bibliometrix (2019).

O primeiro estágio, contém artigos publicados entre 1937 e 1982, possui uma média de publicações de seis artigos/ano, atingindo a publicação de 19 artigos em 1979, limite superior do período. Identificaram-se anos em que não houve nenhuma publicação, o que pode indicar um campo de pesquisa em estágio embrionário. Ainda que Botan e Taylor (2004), tenham identificado a primeira tentativa de estabelecer uma teoria das RP em 1984 (Ferguson, 1984), verificou-se estudos anteriores em três direções: as RP atreladas ao fazer política (Case, 1949; Dexter, 1955; Hitchner, 1944), o papel das RP na política de negócios e da indústria (Holsey, 1948; Long, 1937; Rogow, 1952), e artigos relacionados à políticas públicas da área médica (Doob, 1938; Haviland, 1964; Roach, 1958).

No segundo estágio (1983-1996), as publicações ocorrem com mais frequência, mas não ultrapassam 50 publicações/ano. É a partir desse momento que o campo começa a tomar forma nas tentativas de estabelecer uma teoria própria das RP (Botan & Taylor, 2004). Neste período emergem trabalhos seminais para o desenvolvimento propostas teóricas exclusivas ao campo e categorias meta-teóricas tratam de aspectos políticos das RP (Botan & Hazleton, 1989; Grunig & Hunt, 1984; Pavlik, 1987; Simões, 1992).

O terceiro estágio (1997-2014) é caracterizado quando as publicações ultrapassam 50 artigos e são ocorrem com uma média de 70 por ano. As RP passam a lidar com aspectos multidisciplinares, como questões relacionadas à saúde e políticas públicas (Hafferty & Light, 1995), diplomacia pública e comunicação internacional (Paul, 2009), relações com a mídia (Lewis, Williams, & Franklin, 2008; Sweetser, Golan, & Wanta, 2008), modelos de avaliação de desempenho (Stufflebeam, 2001), ética (Holtzhausen, 2000), gerenciamento de crises (Schultz, Kleinnijenhuis, Oegema, Utz, & van Atteveldt, 2012), e ativismo e movimentos sociais (A. Austin, 2002; Derville, 2005). Chama a atenção o volume de estudos relacionados à indústria tabagista, que ultrapassam dez, cujas publicações foram incentivadas pela criação do periódico *Tobacco Control*, em 1996.

O quarto estágio emerge em 2015 quando mais de cem artigos foram publicados. Nesse período os trabalhos contêm aspectos interdisciplinares, e a ênfase das publicações recai nas áreas das Ciências Sociais (291 artigos), Negócios, Contabilidade e Gestão (103), Medicina (90), e Artes e Humanidades (74). Os artigos mais citados tratam de aspectos relativos ao papel das RP para a deliberação (Edwards, 2016; Seele & Lock, 2015), uso de mídias sociais

(Larsson & Ihlen, 2015), engajamento cívico com a política (Dodd, Brummette, & Hazleton, 2015), gerenciamento de crises (Coombs & Holladay, 2015) e relacionamentos com a opinião pública (Kioussis et al., 2015).

Embora a técnica quantitativa apresentada não possibilite a avaliação da abordagem onto-epistemológica da produção científica, vale mencionar que, dentro da Comunicação Organizacional, Mateus (2014) apresenta três estágios distintos na evolução do campo. O primeiro caracterizado como um modelo positivista da busca por eficiência, entre 1900 e 1970. O segundo com uma perspectiva interpretativista (1970-1980) cujo objetivo é a compreensão das organizações como cultura, e o terceiro com início na década de 1990 estaria dividido em dimensões conceituais amparadas de um lado na teoria crítica, e de outro no pós-modernismo (Mateus, 2014).

Com relação à avaliação das fontes mais citadas e a sua influência no campo em análise (Zupic & Čater, 2015), verificou-se que a maioria dos artigos foi produzido em inglês (2.113), e o restante (7,76%) em línguas como alemão, francês, espanhol, russo, sueco e português, mas não limitado a elas. É possível que esses resultados sejam reflexo dos principais países produtores de pesquisas na área política e RP (Quadro 3).

**Quadro 3. Países com mais artigos publicados e referenciados**

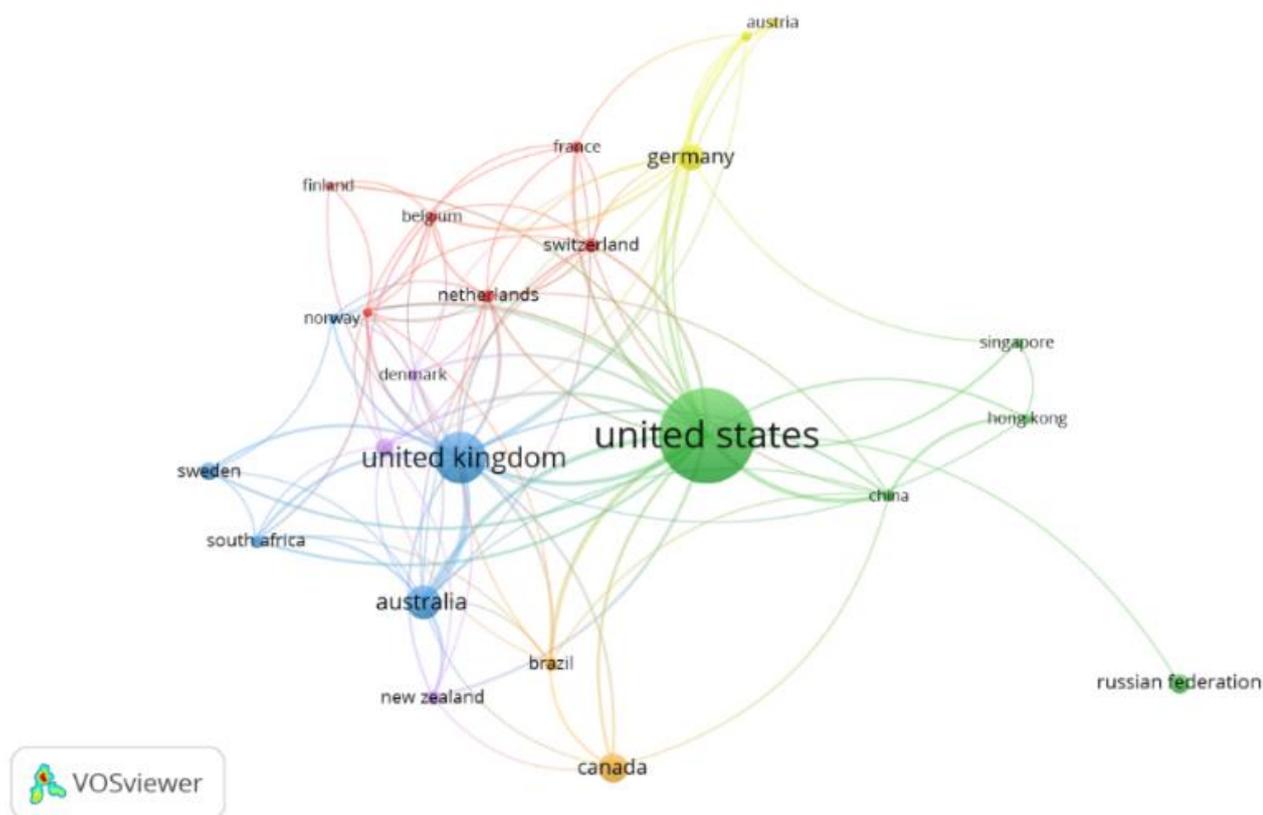
<b>Rank.</b>	<b>País</b>	<b>Artigos Produzidos</b>	<b>País</b>	<b>Artigos Referenciados</b>
1	Estados Unidos	1.081	Estados Unidos	7.502
2	Reino Unido	337	Reino Unido	3.341
3	Austrália	167	Austrália	1.000
4	Canadá	164	Canadá	743
5	Alemanha	114	Alemanha	532

Fonte: Adaptado pelos autores de Scopus (2019).

No que diz respeito à análise de coautoria, que avalia redes sociais na produção do conhecimento científico, a figura 2, vai ao encontro dos dados do quadro 3, demonstrando que os nós mais fortes nas redes se dão nos seguintes países: Estados Unidos, Reino Unido, Austrália, Alemanha e Canadá. A co-autoria pode ser vista como uma medida de colaboração

entre diferentes instituições, conforme explicam Zupic e Čater (2015). Assim, é possível verificar quais países mais produzem em parceria e a intensidade dessas produções.

**Figura 2. Co-autoria de trabalhos entre países**



Fonte: Os autores.

É possível verificar a existência de seis *clusters* com países com ao menos 10 documentos publicados. Dentre os países que publicaram trabalhos sobre RP e política, 24 se enquadraram neste requisito e constam na figura 2. O *cluster* verde é liderado pelos EUA; amarelo, Alemanha; vermelho, países baixos; azul, Reino Unido; laranja, Canadá. Os nós mais fortes indicam os países que mais produzem e que estão ligados por laços, que indicam a intensidade da produção entre nós. Assim, é possível identificar redes de co-autoria entre Estados Unidos, Hong Kong, Singapura e China no *cluster* verde, por exemplo.

Adicionalmente, os centros de pesquisa que mais produzem conhecimento estão localizados nos EUA (*University of California, University of Florida e University of Washington*), na Suécia (*Uppsala University*) e no Canadá (*University of British Columbia*), países presentes no mapa da figura 2.

Quanto aos periódicos que mais publicam na área, é possível mencionar *Public Relations Review* (145 artigos), *Journal of Communication Management* (36), *Modern Healthcare* (27), *Disasters* (21), e *Journal of Public Relations Research* (21). Além de periódicos mais citados, importante destacar o *Global Citation Score* (GCS), ou seja, o número de citações a um determinado artigo oriundas de todas as fontes possíveis de identificar, conforme reportado pelo Scopus na data de análise dos dados (quadro 4).

**Quadro 4. Relação dos cinco artigos mais citados (GCS)**

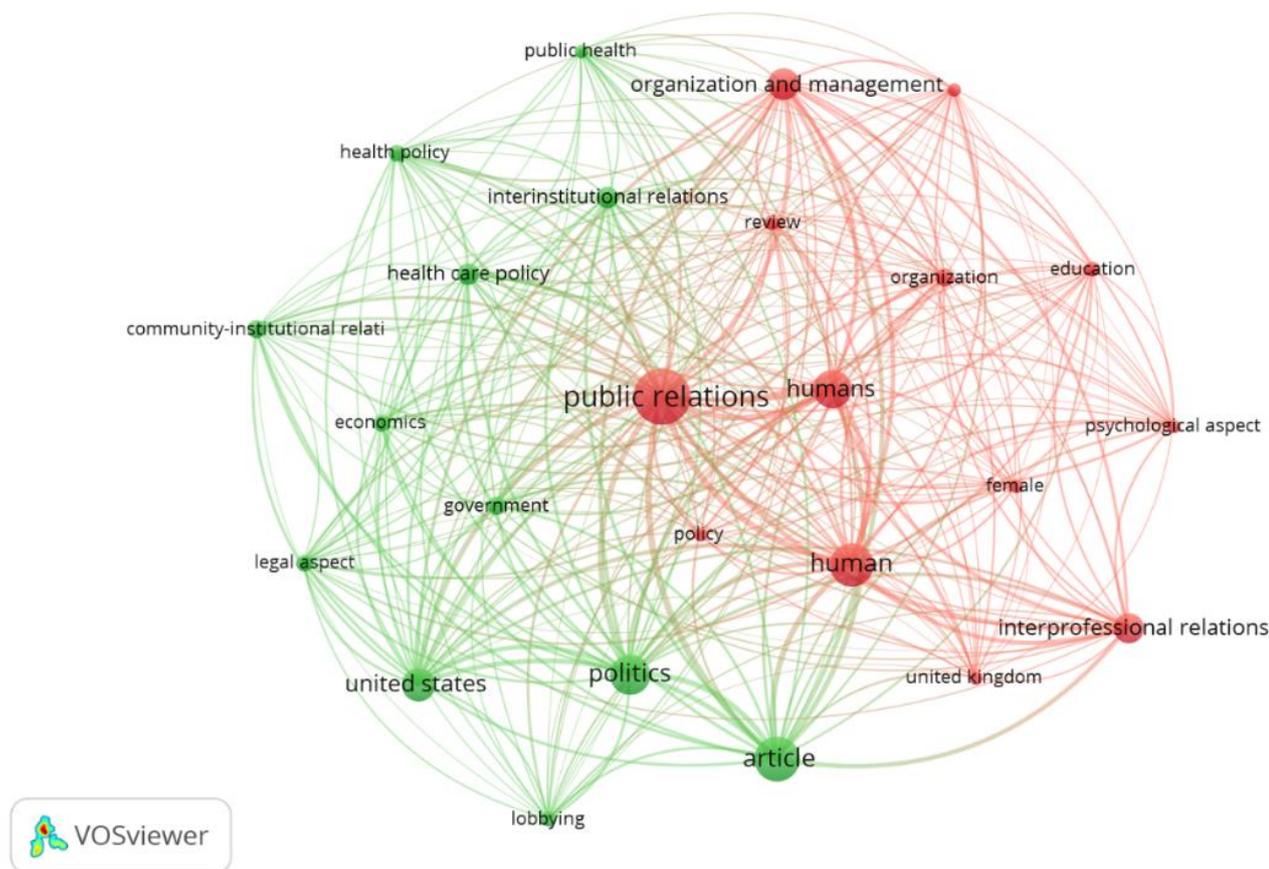
n.	Título	Author	Ano	Periódico	GCS
1	Perceived Risk, Trust, and Democracy	Slovic	1993	Risk Analysis 13(6)	980
2	Informal networks: the company behind the chart.	Krackhardt, e Hanson	1993	Harvard business review, 71(4)	613
3	Public relations: State of the field	Botan, e Taylor	2004	Journal of Communication, 54(4)	214
4	A compromised fourth estate?: UK news journalism, public relations and news sources	Lewis, e colegas	2008	Journalism Studies, 9(1)	206
5	How management teams can have a good fight.	Eisenhardt, e colegas	1997	Harvard business review, 75(4)	206

Fonte: Os autores.

Os artigos mais citados tratam da confiança e risco em democracias (Slovic, 1993), redes (Krackhardt & Hanson, 1993), opinião pública e mídias (Lewis et al., 2008), e gestão de relacionamentos (Eisenhardt, Kahwajy, & Bourgeois 3rd., 1997). O artigo revisional de Botan e Taylor (2004) também é um dos mais citados, demonstrando a importância de tratar do estado da arte.

O mapa de co-ocorrência de palavras-chave (figura 3) permite estabelecer relações entre as palavras e expressões mais utilizadas e construir uma estrutura conceitual por meio de um mapa semântico, possibilitando identificar a estrutura cognitiva do campo (Zupic & Čater, 2015). O mapa formado por 25 palavras que tiveram ao menos 120 menções no universo de ocorrências, traz duas expressões mais mencionadas nos agrupamentos verde e vermelho.

Figura 3. Mapa de análise de co-ocorrência de palavras



Fonte: Os autores.

O agrupamento vermelho possui aspectos relacionados à abordagem ao ser humano (Kunsch, 2014), enquadrando questões profissionais, educacionais, psicológicas e de gênero ligadas à organizações e à gestão (Hutton, 2005). O *cluster* verde apresenta aspectos específicos do fazer política, como lobby, governo, economia, questões legais, e políticas de saúde, situando a questão de interesses e o gerenciamento de conflitos existentes entre interesses públicos e privados (Hutton, 2005).

O mapa acima possibilita a identificação de duas possíveis linhas teóricas sobre relações públicas e política. A primeira dela, com trabalhos relacionados ao Reino Unido, são aqueles pertencentes ao cluster vermelho, a outra é aquela de trabalhos relacionados aos EUA, pertencentes ao *cluster* verde. Embora não seja possível afirmar a existência dessas distintas linhas apenas em dados quantitativos, estabelece-se aqui a possibilidade de desenvolver futuras pesquisas verificar os dados encontrados.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As RP são um campo acadêmico que começou a tomar forma no início da década de 1980 e demandam uma consolidação de sua delimitação científica. RP e política são campos que se entrelaçam e coexistem, beneficiando-se um do outro no que diz respeito à necessidade de conciliar distintos interesses nas sociedades contemporâneas. Assim, estudos como este buscam compreender aspectos teóricos e práticos a fim de melhor delimitar limites, fronteiras e espaços de pesquisa.

Há um amadurecimento na quantidade de publicações que tratem das RP e política em conjunto. O ano de 2015 marca o momento mais prolífico em termos de publicações. É necessário destacar, todavia, que os resultados encontrados diferem da proposta apresentada no 1º Congresso de Relações Públicas em Portugal (1988), que dividia o conhecimento na área entre o pragmatismo dos “teóricos da escola Americana de Cutlip e Center” e a dúvida sistemática da “escola francesa de Lucien Matrat” (Mateus, 2014, p. 86). Quantitativamente as análises apontam para uma escola Estadunidense e outra oriunda do Reino Unido.

É possível que essa diferença seja resultado da abordagem metodológica, pois em termos quantitativos, a produção francesa exerce papel pouco significativo nos trabalhos sobre RP e política. Outra explicação é o viés produzido pela base de dados Scopus, pois, conforme apontam Mongeon e Paul-Hus (2016), é possível que países de língua inglesa possuam mais recursos para pesquisas por meio de financiamentos, infraestrutura e instituições mais tradicionais na área. Mais pesquisas qualitativas são necessárias para compreender o estado da questão.

A partir dos dados apresentados, mais do que uma prática corporativa, as RP se desenvolveram em um campo multidisciplinar, abrangendo diversas áreas, práticas e ferramentas. Conforme demonstrado, as pesquisas não se limitam apenas às áreas das Ciências Sociais, Artes e Humanidades, mas englobam trabalhos nas áreas de Saúde, Ciências Naturais, Médicas. Embora aspectos organizacionais sejam mais trabalhados por pesquisadores(as), se tratando de trabalhos que lidam com RP e política em conjunto, a área médica tem participação significativa.

Algumas limitações quanto ao uso do método e da base de dados devem ser destacadas. Em primeiro lugar, a exclusão de livros e capítulos pode ter exercido impacto nos resultados, pois, conforme apontam Mongeon e Paul-Hus (2016), tanto nas áreas de Ciências Sociais, como nas Artes e Humanidades, esse tipo de publicação é bastante frequente e, por vezes, possuem papel mais importante do que artigos científicos. Segundo, embora seja uma ferramenta de pesquisa bem desenvolvida, não é possível garantir que a busca da plataforma Scopus tenha encontrado somente artigos desejados (Vieira & Gomes, 2009). Muitos países, idiomas e publicações podem estar sub-representados na busca em questão devido à base de dados.

Apesar das limitações, o esforço empreendido não se dá como concluído, mas como uma etapa para pesquisadores(as) que, em estágio inicial de estudos, buscam compreender as interfaces entre as RP e política e encontrar tanto referências quanto caminhos para o fazer teórico e prático. Como sugestões para futuras pesquisas, recomenda-se o desenvolvimento de meta-pesquisas e revisões sistemáticas de literatura que ampliem e aprofundem as análises realizadas.

Por fim, espera-se que essa pesquisa auxilie a preservar e valorizar o passado, os valores e saberes constituídos e, ao mesmo tempo, proporcionar à Universidade “coragem de criar, ousar, inovar e induzir a construção de novos paradigmas para o desenvolvimento da educação e da ciência” (Kunsch, 2015: 122).

## 6. REFERENCIAS

ARIA, M., & CUCCURULLO, C. (2017). Bibliometrix: An R-tool for comprehensive science mapping analysis. *Journal of Informetrics*, 11(4), 959–975. <https://doi.org/10.1016/j.joi.2017.08.007>

AUSTIN, A. (2002). Advancing accumulation and managing its discontents: The U.S. antienvironmental countermovement. *Sociological Spectrum*, 22(1), 71–105. <https://doi.org/10.1080/027321701753284297>

AUSTIN, E. W., & PINKLETON, B. E. (2008). *Strategic public relations management: planning and managing effective communication programs* (2nd ed.). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates Inc. <https://doi.org/10.5860/choice.44-2784>

BARDHAN, N., & SRI RAMESH, K. (2006). Public Relations in India Review of a Programme of Research. *Journal of Creative Communications*, 1(1), 39–60. <https://doi.org/10.1177/097325860500100103>

BOTAN, C. H., & HAZLETON, V. (1989). *Public relations theory*. Hillsdale: Erlbaum.

BOTAN, C. H., & TAYLOR, M. (2004). Public relations: State of the field. *Journal of Communication*, 54(4), 645–661. <https://doi.org/10.1093/joc/54.4.645>

BOURDIEU, P. (2017). *Homo academicus*. Florianópolis: Editora UFSC.

BREUER, J. (2017). R (Software). In *The International Encyclopedia of Communication Research Methods*. <https://doi.org/10.1002/9781118901731.iecrm0201>

CASE, L. M. (1949). French opinion and Napoleon III's decision after sadowa. *Public Opinion Quarterly*, 13(3), 441–461. <https://doi.org/10.1086/266094>

COOMBS, T., & HOLLADAY, S. (2015). CSR as crisis risk: Expanding how we conceptualize the relationship. *Corporate Communications*, 20(2), 144–162. <https://doi.org/10.1108/CCIJ-10-2013-0078>

CUTLIP, S. M. (1980). Foundation Lecture: Public Relations in American Society. *Public Relations Review*, 6(1), 3–17. [https://doi.org/10.1016/S0363-8111\(80\)80032-4](https://doi.org/10.1016/S0363-8111(80)80032-4)

DALLARI, D. de A. (2016). *Elementos de Teoria Geral do Estado*. São Paulo: Saraiva.

DERVILLE, T. (2005). Radical activist tactics: Overturning public relations conceptualizations. *Public Relations Review*, 31(4), 527–533. <https://doi.org/10.1016/j.pubrev.2005.08.012>

DEXTER, L. A. (1955). Candidates must make the issues and give them meaning. *Public Opinion Quarterly*, 19(4), 408–414. <https://doi.org/10.1086/266589>

DODD, M. D., BRUMMETTE, J., & HAZLETON, V. (2015). A social capital approach: An examination of Putnam's civic engagement and public relations roles. *Public Relations Review*, 41(4), 472–479. <https://doi.org/10.1016/j.pubrev.2015.05.001>

DOOB, L. W. (1938). An "experimental" study of the Psychological Corporation. *Psychological*

*Bulletin*, 35(4), 220–222. <https://doi.org/10.1037/h0062006>

EDWARDS, L. (2016). The Role of Public Relations in Deliberative Systems. *Journal of Communication*, 66(1), 60–81. <https://doi.org/10.1111/jcom.12199>

EISENHARDT, K. M., KAHWAJY, J. L., & BOURGEOIS 3rd., L. J. (1997). How management teams can have a good fight. *Harvard Business Review*, 75(4), 77–85.

FAIRBANKS, J., PLOWMAN, K. D., & RAWLINS, B. L. (2007). Transparency in government communication. *Journal of Public Affairs*, 7, 23–37. <https://doi.org/10.1002/pa>

FERGUSON, M. A. (1984). Building theory in public relations: Interorganizational relationships as public relations paradigm. In *Annual Conference of the Association for Education in Journalism and Mass Communication*. Gainesvi.

FRANÇA, F. (2008). *Públicos: como identificá-los em uma nova visão estratégica* (2nd ed.). São Caetano do Sul: Yendis Editora.

GRUNIG, J. E. (2003). A função das relações públicas na administração e sua contribuição para a efetividade organizacional e societal. *Comunicação & Sociedade*, 24(39), 67–92. <https://doi.org/10.15603/2175-7755/cs.v24n39p67-92>

GRUNIG, J. E., & HUNT, T. (1984). *Managing Public Relations*. New York: Holt, Rinehart and Winston.

GUTIÉRREZ-SALCEDO, M., MARTÍNEZ, M. Á., MORAL-MUNOZ, J. A., HERRERA-VIEDMA, E., & COBO, M. J. (2018). Some bibliometric procedures for analyzing and evaluating research fields. *Applied Intelligence*. <https://doi.org/10.1007/s10489-017-1105-y>

HAFFERTY, F. W., & LIGHT, D. W. (1995). Professional dynamics and the changing nature of medical work. *Journal of Health and Social Behavior, Spec No*, 132–153.

HAVILAND, J. W. (1964). The Health Care Commission: An Effective Method for Improving Relationships Between Medical Society and Community. *JAMA: The Journal of the American Medical Association*, 187(11), 801–804. <https://doi.org/10.1001/jama.1964.03060240009002>

HITCHNER, D. G. (1944). The failure of the league: Lesson in public relations. *Public Opinion Quarterly*, 8(1), 61–71. <https://doi.org/10.1086/265667>

HOLSEY, A. L. (1948). Public relations intuitions of Booker T. Washington. *Public Opinion Quarterly*, 12(2), 227–235. <https://doi.org/10.1086/265944>

HOLTZHAUSEN, D. R. (2000). Postmodern values in public relations. *International Journal of Phytoremediation*, 21(1), 93–114. [https://doi.org/10.1207/S1532754XJPRR1201\\_6](https://doi.org/10.1207/S1532754XJPRR1201_6)

HON, L. C. (1998). Demonstrating Effectiveness in Public Relations: Goals, Objectives, and Evaluation. *Journal of Public Relations Research*, 10(2), 103–135. [https://doi.org/10.1207/s1532754xjpr1002\\_02](https://doi.org/10.1207/s1532754xjpr1002_02)

HUTTON, J. G. (2005). The definition, dimensions, and domain of public relations. *Public Relations Review*, 31(2), 199–214.

KIOUSIS, S., KIM, J. Y., RAGAS, M., WHEAT, G., KOCHHAR, S., SVENSSON, E., & MILES, M. (2015). Exploring New Frontiers of Agenda Building During the 2012 US Presidential Election Pre-Convention Period. *Journalism Studies*, 16(3), 363–382. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2014.906930>

KRACKHARDT, D., & HANSON, J. R. (1993). Informal networks: the company behind the chart. *Harvard Business Review*, 71(4), 104–111.

KUNSCH, M. M. K. (2003). *Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada*. São Paulo: Summus.

KUNSCH, M. M. K. (2014). Comunicação Organizacional: contextos, paradigmas e abrangência conceitual. *MATRIZES*, 8(2), 35–61. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v8i2p35-61>

KUNSCH, M. M. K. (2015). O campos acadêmicos em Comunicação Organizacional e Relações Públicas no Brasil: caracterização, pesquisa científica e tendências. *Revista Internacional de Relaciones Públicas*, 5(10), 105–124. <https://doi.org/10.5783/RIRP-10-2015-07-105-124>

KUNSCH, M. M. K. (2018). A comunicação estratégica nas organizações contemporâneas.

*Media & Journalism*, 18(33), 13-24. [https://doi.org/10.14195/2183-5462\\_33\\_1](https://doi.org/10.14195/2183-5462_33_1)

LARSSON, A. O., & IHLEN, Ø. (2015). Birds of a feather flock together? Party leaders on Twitter during the 2013 Norwegian elections. *European Journal of Communication*, 30(6), 666–681. <https://doi.org/10.1177/0267323115595525>

LEWIS, J., WILLIAMS, A., & FRANKLIN, B. (2008). A compromised fourth estate?: UK news journalism, public relations and news sources. *Journalism Studies*, 9(1), 1–20. <https://doi.org/10.1080/14616700701767974>

LONG, N. E. (1937). Public relations policies of the bell system. *Public Opinion Quarterly*, 1(4), 5–22. <https://doi.org/10.1086/265119>

MATEUS, A. F. F. (2014). O “Estado Da Arte” das Relações Públicas e da Comunicação Organizacional: Portugal no Contexto Europeu uma Primeira Abordagem. *Revista de Comunicação Vivat Academia*, XVII(129), 79–118.

MCNAIR, B. (2003). *An introduction to political communication* (3rd ed.). London: Routledge.

MEDVESCHI, I., & FRUNZĂ, S. (2018). Political brand, symbolic construction and public image communication. *Journal for the Study of Religions and Ideologies*, 17(49), 137–152.

MIGUEL, L. F. (2007). *O nascimento da política moderna: Maquiavel, utopia, reforma*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

MONGEON, P., & PAUL-HUS, A. (2016). The journal coverage of Web of Science and Scopus: a comparative analysis. *Scientometrics*, 106(1), 213–228. <https://doi.org/10.1007/s11192-015-1765-5>

NETO, M. M. M. (2016). *Relações Públicas e Marketing - Convergências entre Comunicação e Administração* (2nd ed.). Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda.

PAUL, D. (2009). “Hearts and minds”? British counter-insurgency from Malaya to Iraq. *Journal of Strategic Studies*, 32(3), 353–381. <https://doi.org/10.1080/01402390902928172>

PAVLIK, J. (1987). *Public relations: What research tells us* (16th ed.). Newbury Park: SAGE.

- PRITCHARD, A. (1969). Statistical Bibliography or Bibliometrics? *Journal of Documentation*.
- RIBEIRO, H. C. M. (2017). Bibliometria: quinze anos de análise da produção acadêmica em periódicos brasileiros. *Biblios*, 69, 1–20. <https://doi.org/10.5195/biblios.2017.393>
- RICHARDSON, G. B. (1994). The organization of industry. In P. J. Buckley & J. H. Dunning (Eds.), *Cooperative Forms of Transnational Corporation Activity* (Vol. 13, pp. 23–37). London: Routledge.
- ROACH, R. W. (1958). Public relations and the veterinary profession. *New Zealand Veterinary Journal*, 6(2), 29–33. <https://doi.org/10.1080/00480169.1958.33287>
- ROGOW, A. A. (1952). The public relations program of the labor government and British industry. *Public Opinion Quarterly*, 16(2), 201–224. <https://doi.org/10.1086/266383>
- SCHÖNHAGEN, P., & MEIßNER, M. (2016). The co-evolution of public relations and journalism: A first contribution to its systematic review. *Public Relations Review*, 42(5), 748–758. <https://doi.org/10.1016/j.pubrev.2016.08.003>
- SCHULTZ, F., KLEINNIJENHUIS, J., OEGEMA, D., UTZ, S., & VAN ATTEVELDT, W. (2012). Strategic framing in the BP crisis: A semantic network analysis of associative frames. *Public Relations Review*, 38(1), 97–107. <https://doi.org/10.1016/j.pubrev.2011.08.003>
- SEELE, P., & LOCK, I. (2015). Instrumental and/or Deliberative? A Typology of CSR Communication Tools. *Journal of Business Ethics*, 131(2), 401–414. <https://doi.org/10.1007/s10551-014-2282-9>
- SIMÕES, R. P. (1992). Public Relations as a Political Function: A Latin American View. *Public Relations Review*, 18(2), 189–200.
- SLOVIC, P. (1993). Perceived Risk, Trust, and Democracy. *Risk Analysis*, 13(6), 675–682. <https://doi.org/10.1111/j.1539-6924.1993.tb01329.x>
- SOARES, J. V. (2011). Apontamentos para uma história das Relações Públicas em Portugal. *Comunicação Pública*, 6(10), 95-115.

SOMMERFELDT, E. J., YANG, A., & TAYLOR, M. (2019). Public relations channel “repertoires”: Exploring patterns of channel use in practice. *Public Relations Review*, 45 (4). <https://doi.org/10.1016/j.pubrev.2019.101796>

STUFFLEBEAM, D. L. (2001). Evaluation Models. *New Directions for Evaluation*, (89), 7–98. [https://doi.org/10.1007/978-1-4302-0056-7\\_8](https://doi.org/10.1007/978-1-4302-0056-7_8)

SUNFELD, C. A. (2017). *Fundamentos de Direito Público*. São Paulo: Malheiros.

SWEETSER, K. D., GOLAN, G. J., & WANTA, W. (2008). Intermedia agenda setting in television, advertising, and blogs during the 2004 election. *Mass Communication and Society*, 11(2), 197–216. <https://doi.org/10.1080/15205430701590267>

VAN ECK, N. J., & WALTMAN, L. (2010). Software survey: VOSviewer, a computer program for bibliometric mapping. *Scientometrics*, 84(2), 523-538. <https://doi.org/10.1007/s11192-009-0146-3>

VIEIRA, E. S., & GOMES, J. A. N. F. (2009). A comparison of Scopus and Web of science for a typical university. *Scientometrics*, 81(2), 587–600. <https://doi.org/10.1007/s11192-009-2178-0>

WEBER, M. (1995). *Metodologia das ciências sociais (parte II)*. São Paulo: Cortez.

ZUPIC, I. & ČATER, T. (2015). Bibliometric Methods in Management and Organization. *Organizational Research Methods*, 18(3), 429–472. <https://doi.org/10.1177/1094428114562629>.

**Forma de citar este artículo:**

PIMENTEL, P.C; PEREIRA-LAGO, D. Y MACHADO, V. (2019). A produção científica em Relações Públicas e Política: uma análise bibliométrica. *Revista Internacional de Relaciones Públicas*, Vol. IX, Nº 18, 53-74. Recuperado el \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, de <http://dx.doi.org/10.5783/RIRP-18-2019-04-53-74>.